

Empresários torcem contra

Setor espera que o Congresso rejeite aumento da Cofins e da CPMF

São Paulo - A esperança de muitos empresários, que conversaram ontem com os consultores da KPMG, é de que o Congresso Nacional rejeite, ao menos em parte, as alterações na cobrança da CPMF e Cofins. Há quase um consenso de que a alíquota da CPMF caia de 0,38% para 0,30% em 1999. Há insegurança sobre mudanças na Cofins, mas a torcida geral é por uma alíquota final menor. "Os empresários estão muito preocupados com essas duas contribuições", disse Diogo Ruiz, sócio-diretor da KPMG, após uma série de conversas com clientes.

A preocupação vem, sobretudo, da dificuldade de quantificar o impacto do aumento da Cofins, por sua incidência em cascata. Os setores que trabalham com produtos mais elaborados, como eletrodomésticos, veículos e computadores, serão os mais prejudicados pela cobrança. Ao elevar em um ponto percentual a alíquota da Cofins, a indústria automobilística terá um aumento final de, pelo menos, 4% a 5% no seu pro-

duto, o veículo. Quanto mais componentes, maior será o impacto, de acordo com Ruiz.

O efeito do aumento da contribuição na indústria de alimentos industrializados será menor, já que a cadeia de produção é menor. E, pela mesma lógica, os produtos agrícolas fazem parte dos setores menos prejudicados. A possibilidade de compensação do aumento da Cofins no Imposto de Renda das empresas não alterará o impacto da medida para muitas empresas.

Nos últimos anos, por terem reduzido margem de lucro face à concorrência externa ou por decorrência de problemas de balanço no passado (não reconhecimento da inflação), uma quantidade grande de empresas não têm apresentado lucro, em suas declarações de Imposto de Renda. Assim, estariam impedidas de efetuar a compensação proposta.

Quanto à cobrança da Cofins das empresas do setor financeiro, Ruiz disse que "muitos bancos não tem spread suficiente" para suportar essa cobrança. A consequência será o aumento dos juros nas operações de crédito, além da redução do capital disponível para o financiamento de bens de capital, como moradia, carros e eletrodomésticos.